

A política de clientela

CESAR MAIA

Folha de S.Paulo, 23.2.2005

A estranha metamorfose do PT no governo levou-me, neste último mês, a me debruçar em estudos e pesquisas sobre políticos considerados de clientela no Rio e em São Paulo. Sobre Chagas Freitas, li principalmente os trabalhos dos professores Carlos Eduardo Sarmento e Marly Mota. Sobre Tenório Cavalcanti, os trabalhos de Grynspan e Israel Beloch, além de uma biografia precoce feita em 1953 pelo jornalista Arlindo Silva, na revista "O Cruzeiro". Sobre Adhemar de Barros, li, além de ensaios, o trabalho de Regina Sampaio, "Adhemar de Barros e o PSP". Todos são esclarecedores da conjuntura que vivemos no Brasil e, particularmente, de que se trata de um processo político estruturado há muitas décadas. Os dois capítulos metodológicos iniciais de Regina Sampaio, pesquisa publicada como livro em 1982, são particularmente importantes. Ela questiona a idéia dos sociólogos políticos de que o que caracteriza um partido político são suas idéias programáticas e sua representação social. Diz que esse é um modelo europeu e que não se pode generalizar. Tomando vários autores como referência, Sampaio concentra-se em Simon Schwartzman, cujo "ênfase teórico acentua, justamente, a autonomia relativa do político, privilegiando a análise do Estado, considerado como uma estrutura específica cujas características não podem ser deduzidas da estrutura de classes".

A pesquisadora distingue dois tipos gerais de partidos políticos. Os de representação, que se "referem à participação política baseada na organização autônoma dos grupos e classes sociais em defesa de seus interesses", e os de cooptação, nos quais "a implementação dos interesses setoriais se dá através do controle das agências burocráticas, situando o núcleo do conflito político na disputa por cargos e espaços na máquina pública e não pela imposição de políticas e programas". As pressões por participação dos que estão fora do esquema de poder, agrega Sampaio, ocorre pela concessão de posições na administração pública, resultando em uma participação dependente e controlada de cima para baixo. Em raros momentos a política brasileira se deu através de partidos de representação. O PCB foi um deles.

Ocorreram conjunturas cuja crise teve por desdobramento a afirmação de um discurso de representação, como no período antes da ruptura de 1964. Sampaio afirma que um vetor de explicação para 64 teria sido exatamente os riscos que as forças políticas de cooptação estariam vivendo, com a exacerbação do discurso de representação. Daí a enorme base política que obteve o golpe de 1964 e a forma relativamente tranqüila como se deu.

A prática de cooptação, de raízes tão profundas no Brasil, teve no PT o seu mais aplicado implementador

A política brasileira, em sua rotina, pelo menos desde a República, se estrutura por partidos ou por forças políticas de cooptação. Uma vez controlando a máquina pública, a força hegemônica incorpora seus adversários abrindo espaços e ampliando sua base. Foi assim em

todos os governos e até nos governos militares, que não tiveram dificuldade para atrair amplos setores dos que estavam do outro lado. Regina Sampaio chama a atenção para o caso de São Paulo, onde os partidos vetores do pós-guerra -PSD, PTB e UDN- nunca se estabeleceram, como bem provam as hegemonias do adhemarismo e do janismo, e onde, portanto, havia espaços para o jogo da representação.

A realidade comprovou a tese de Sampaio, já que o PT e o PSDB se estabeleceram, a partir de São Paulo, como partidos de representação. Num quadro de oportunidades no período pós-Collor, o PSDB chega ao poder pessoalmente e, em seguida, o partidariza. Mas a força vital da cooptação na política brasileira prevaleceu e, no exercício do poder, os rasgos de representação do PSDB se diluíram, cooptando todos quantos pôde cooptar e afirmando a sua presença através de uma ação governamental politicamente assexuada -destacando quadros- e que poderia ter sido implementada por qualquer outra força política brasileira. Isso descaracterizou sua representação autodeclarada.

Mas o PSDB não carregava a marca ideológica que tinha o PT. Dessa forma, aquele foi um processo visto como natural. O PT, carregado de representação, seria o teste definitivo para a teoria. E não deu outra coisa. Chegou ao poder como partido de representação, numa conjuntura de crise e de esgotamento do período FHC. Mas não foram necessárias mais do que algumas semanas para que fosse absorvido pela rotina estruturada na política brasileira. Em nome da necessidade de legislar, a mesma desculpa que acompanhou a justificativa de antes, iniciou um processo desabrido de cooptação, como nunca se viu no Brasil, indo além de abrir espaços e de obter apoio, dirigindo o jogo diretamente, intervindo na proporcionalidade partidária e acelerando o tradicional troca-troca.

A metamorfose do PT se deu em tempo recorde. E de forma tão intensa que passou a fazer parte da geléia geral que promoveu. Como partido de cooptação no poder, os fatos que se sucederam não poderiam ser outros. Culminando com uma natural horizontalidade até de origem -entre as chefias dos Poderes Executivo e Legislativo. Não houve erro tático quanto à eleição da Mesa. A prática de cooptação, de raízes tão profundas no Brasil, teve no PT, paradoxalmente, o seu mais aplicado implementador. E não poderia ter dado em outra coisa. No meio do atoleiro que tanto criticou, o PT servirá para a professora Regina Sampaio escrever um novo trabalho, demonstrando o seu anterior: Lula da Silva e o PT.